

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL/SERVIÇOS Nº 2025/1939  
REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
OBJETO: COMPRA EMERGENCIAL DE CIMENTO  
PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A Secretaria Municipal de Obras solicita parecer quanto à possibilidade da compra emergencial de cimento, tendo em vista que, a solicitação nº 2025/1858, está no Departamento de Compras e ainda não foi finalizada, por sua vez, a Secretaria de Obras necessita do material para desenvolver o seu trabalho.

**É o relatório. Passa-se a análise da possibilidade da contratação emergencial.**

Em princípio, vale salientar, que em que pese à regra do procedimento para a contratação pública seja o licitatório e suas diversas modalidades, pautadas no Princípio da Isonomia, *in casu* trata-se de típica situação em que se faz dispensável a licitação em virtude de situação excepcional e emergencial que cumpre os requisitos do artigo 75, do inciso VIII, da Lei 14.133.

Compulsando os dispositivos supracitados, encontramos três requisitos para a caracterização da hipótese de dispensabilidade. A caracterização da situação de emergência ou calamidade pública, a urgência no atendimento da situação e o risco de prejuízo à comunidade.

Segundo Marçal Justen Filho, em seu livro "Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos", 8ª edição, Editora Dialética:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

"A emergência consiste em ocorrência fática que produz modificação na situação visualizada pelo legislador como padrão. No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores."

Portanto, o sentido da palavra emergência deve estar relacionado diretamente com o tempo necessário à realização da licitação. A situação concreta que se apresentou foi de grandes proporções, não havendo tempo hábil a realização do processo licitatório, sob pena de causar prejuízos irreparáveis a população.

Deve, ainda, a urgência ser demonstrada objetivamente. Isto quer dizer que se deve apresentar a situação concreta apontando os riscos de possíveis danos àquela comunidade para justificar a dispensa de licitação. Fica absolutamente demonstrado o quão crítica é a situação, analisando os documentos que instruem o procedimento licitatório, bem como das razões supra expedidas.

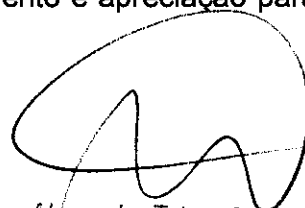
Ante o exposto, com fulcro nos dispositivos supracitados, é plenamente viável a contratação pleiteada, por estarem preenchidos os requisitos legais que caracterizam a situação em que é dispensável a licitação por seu caráter emergencial.

Sendo assim, opinamos pela possibilidade do conserto na forma emergencial, com base no artigo 75, VIII, da Lei Federal 14.133, nos termos acima enunciados.

É o parecer. Remeto para seu conhecimento e apreciação para demais considerações.

É o parecer.

Portão, 30 de abril de 2025.



Alexandre Takeo Sato  
Procurador Geral do Município  
14.875.408/000



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO**  
**Centro Administrativo Arthur Pedro Müller**

Portão, 25 de abril de 2025.

**COMUNICADO 156/2025**

**DE: Nicolly Oliveira**                      **SEMPOV**  
**PARA: PGM**

Solicito parecer jurídico para a compra emergencial de cimentos para uso na manutenção da rede pluvial do Município

Tendo em vista o processo licitatório em andamento (solicitação nº 2025/1858), que tem como objetivo a compra de cimentos e demais materiais.

Observando a necessidade do material para a manutenção da rede pluvial das ruas do Município.

Tendo em vista que o estoque está zerado e que o processo licitatório levará um tempo para a finalização, sendo que não podemos deixar as manutenções paradas.

Sendo assim, solicito a compra emergencial de uma quantidade menor para a continuidade dos serviços.

Nicolly da Silva de Oliveira  
Administrativo da SEMPOV  
Prefeitura de Portão/RS

**Nicolly da Silva de Oliveira**

Administrativo da SEMPOV

Uirando.T

30/04